

# CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DAS OPERAÇÕES DE "PESQUE-PAGUE" AO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

**RUY BESSA LOPES<sup>1\*</sup> e LUIZ DE CARVALHO LANDELL FILHO<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Rua João Sampaio, 2517, Ap.93, CEP 13416-240, Piracicaba, SP. E-mail: [rybessa@terra.com.br](mailto:rybessa@terra.com.br)

\*Este artigo é parte integrante da dissertação de Mestrado do primeiro autor, realizado no Curso de Pós-Graduação em Zootecnia da UNESP, Campus de Ilha Solteira

<sup>2</sup>Departamento de Zootecnia, UNESP, Campus de Ilha Solteira, Cx. P. 31, CEP 15385-000, Ilha Solteira, SP. E-mail: [landell@bio.feis.unesp.br](mailto:landell@bio.feis.unesp.br)

---

## RESUMO

Este estudo teve como motivação básica caracterizar as operações de pesca esportiva na região noroeste do Estado de São Paulo, abarcando os municípios de Pereira Barreto, Palmeira D' Oeste, Jales, Dolcinópolis e Fernandópolis. Foram realizadas visitas a nove lagos de pesca esportiva. Na visita foi aplicado um inquérito do tipo aberto, de caracterização geral da propriedade. Algumas das questões versavam sobre: condição fundiária, ocupação principal do operador de pesca esportiva, preocupação com a questão ambiental, perfil do público usuário, entre outras. A caracterização das propriedades que abrigam empreendimentos de pesca esportiva apresentam dois formatos básicos: a) aquelas que utilizam o "pesque-pague" como alternativa de renda ao negócio agrícola, e b) aquelas com renda principal a partir do "pesque-pague". a condição fundiária das propriedades e dos lagos de pesca é composta em sua maior parte por imóveis próprios, e possuem uma administração tipicamente familiar. Em sua maior parte, as operações de pesca estudadas estavam associadas a atividades agropecuárias e de forma secundária ao lazer e turismo. O *pescador-usuário* se compõe de um público constante e que desloca-se pouco. De modo geral, as questões referentes ao meio ambiente do empreendimento ainda são pouco internalizadas pelos operadores de pesca.

**Palavras-chave:** pesque-pague , propriedades rurais, alternativa de renda, pescador-usuário

---

## ABSTRACT

This study had as basic motivation the characterization of the sport fishing operations in the northwestern region of São Paulo State, including the municipality of Pereira Barreto, Palmeira D' Oeste, Jales, Dolcinópolis and Fernandópolis. Visits were made to nine lakes of sport fishing. An open type questionnaire was applied at each visit, of a general characterization of the establishment. Some of the questions concerned the topics: agrarian land property, environment, and clients profile, among others. The establishment characterization that hold sport fishing operations present two basic formats: a) those that utilize "fee fishing" as an alternative income to the agriculture business, and b) those with their main income originating from the "fee fishing" operations. The land property condition of the establishments and the fishing lakes are composed mostly by private property, with a typically familiar administration. The fishing operations studied were mostly associated with agriculture activities and, in a second extent, with recreation and tourism. The fisherman client is characterized by a constant public, that moves around very close. In general, the topics related to the environment in the establishment are not so internalized by the fishing operators yet.

**Key words:** fee fishing, rural establishments, income alternative, fisherman client.

---

## INTRODUÇÃO

O ambiente rural brasileiro, em especial a região centro-sul, ao longo das últimas duas décadas tem rompido com a dicotomia rural-urbana como resultado do processo de industrialização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1997). De acordo com KITAMURA et al. (1999) existe uma busca intensiva do meio rural por internalizar atividades rurais não-agrícolas e, não raro, incorporar atividades de serviços e bens não-materiais existentes nas propriedades, como por exemplo a recuperação de paisagens e o turismo ecorural. TURNER (1995) ressalta a importância da recuperação ambiental, do lazer e turismo praticados em médias e pequenas propriedades rurais. Essas atividades por sua vez, quando combinadas com práticas agrícolas, muitas já intensivas em insumos e capital, têm imposto uma arquitetura diversificada ao setor.

As operações de "*pesque-pague*", podem ser consideradas atividades rurais não-agrícolas e surgiram com a motivação clara de ocupação efetiva da terra ou ainda de implementar alternativas objetivando a reestruturação das propriedades rurais e a melhor exploração e valoração de seus recursos cênicos naturais e construídos. Para SCORVO

FILHO et al. (1999), essa atividade zootécnica objetiva o oferecimento de novas oportunidades de serviços ao turismo ecorural. As afirmações acima encontram "eco" no Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA. Este programa oficial sustenta a inserção da pesca esportiva em uma nova política de turismo adotada no Brasil, a qual objetiva oferecer maior garantia de renda e maior sustentabilidade ambiental às populações do ambiente rural com potencialização turística (PNDPA, 1998).

A pesca esportiva praticada em lagos particulares, conhecida vulgarmente como "*pesque-pague*", surgiu no Brasil em meados da década de 80. Particularmente a sua maior representatividade ocorre próximo a aglomerados metropolitanos, ou seja, nas áreas circunvizinhas dos espaços urbano-rurais.

A motivação por pescar nos "*pesque-pague*" segundo KUBITZA (1997) pode estar relacionada a inúmeros fatores como: pressão de captura sobre os estoques naturais das espécies potencialmente esportivas, poluição dos corpos hídricos, degradação da zona ripária, distâncias dos sítios de pesca natural entre outros. Estima-se que exista no Brasil um mercado formado por mais de 30 milhões de pescadores praticantes da pesca com fins esportivos (CARVALHO FILHO, 1998). Entretanto, devemos lembrar que não existem estatísticas oficiais a respeito do número de "*pesque-pague*" operados no país, estimativas nos dão conta de que apenas 0,1 % destes estabelecimentos estão devidamente licenciados como prevê a portaria IBAMA n<sup>o</sup> 1.853 de 21 de dezembro de 1989 (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

A pesca esportiva é praticada em mar, rios, canais, lagos públicos e lagos privados conhecidos vulgarmente como "*pesque-pague*". De modo geral esta modalidade de pesca movimenta uma rede de comercialização de insumos e serviços tais como: equipamentos e tralhas de pesca, barcos e motores, vestuário, rações específicas para uso nas operações de pesca, iscas vivas, peixes vivos, lanchonetes e bares, empórios de pesca, entre outros. De modo particular os "*pesque-pague*" são responsáveis pelo estímulo à piscicultura como sugere GRAZIANO DA SILVA et al. (1999). Castagnolli, citado por Scorvo Filho et al. (1998), verificou que a produção de peixes de cultivo cresceu em 48% no período de 1995 a 1996 devido ao rápido crescimento do número de operações do tipo "*pesque-pague*". Isto talvez explique a alavancagem da piscicultura paulista de um estrato artesanal para uma atividade comercial, este fenômeno encontra paralelo em Dunhan et al. (1986) que identificaram o mesmo processo nos Estados Unidos.

Nesse estudo abordaremos a caracterização sumária de alguns aspectos de natureza sócio-econômica do operador de "*pesque-pague*" e de seu cliente, o "*pescador-usuário*" ao noroeste do Estado de São Paulo.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

## Área de estudo

Este estudo abrangeu visitas a nove lagos de pesca distribuídos por cinco municípios (Pereira Barreto, Palmeira D' Oeste, Jales, Fernandópolis e Dolcinópolis). Estes municípios situam-se em três sub-bacias hidrográficas (Baixo Tietê, Turvo Grande e São José dos Dourados), também denominadas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHIs, de acordo com a Lei Estadual nº 7.663 de dezembro de 1991, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos.

## Seleção dos lagos de pesca

Os estabelecimentos de "*pesque-pague*" foram escolhidos a partir da população de aquacultores, entendidos como criadores de organismos aquáticos (peixes e crustáceos) e operadores de pesca esportiva, registrados na Divisão de Planejamento e Outorga do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

A seleção obedeceu dois aspectos básicos, ou seja, a localização dos lagos "*pesque-pague*" a noroeste do Estado de São Paulo, e a disponibilidade dos operadores de colaborarem com a pesquisa, ou seja, este estudo não discriminou entre operações de pesca legais - registradas nos órgãos competente (IBAMA, DPRN e DAEE) - e os não legalizados.

Dos "*pesque-pague*" selecionados, sete situavam-se na sub-bacia hidrográfica do Rio São José dos Dourados (UIR, RDD, PRP, EPL, PIF, FSL e SBV), um (PEF) localizava-se na sub-bacia do Baixo Tietê, e finalmente um (PPD) situava-se na sub-bacia do Turvo-Grande.

## Obtenção dos dados de campo

Os dados e informações de campo foram coletados através de visita pessoal aos estabelecimentos, realizada em dezembro de 1998, para observação *in loco* e aplicação de questionário previamente elaborado e testado, do tipo entrevista estruturada, como citam Guilhermino & Grossi (1996). Estes inquéritos foram utilizados com o objetivo de caracterizar a propriedade, operador e obter algumas informações sobre o usuário do sistema. Constavam de questões fechadas abrangendo itens como: dados genéricos do estabelecimento, caracterização do estabelecimento, nível de escolaridade do operador, perfil do público, sistema de cobrança, cobrança de ingressos, e uma questão sobre a visão do operador quanto a preservação ambiental.

Os dados obtidos são apresentados em valores absolutos. Devido à natureza qualitativa dos dados optou-se por submetê-los a uma análise descritiva geral. Os dados foram organizados considerando uma análise de caráter comparativa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização dos empreendimentos que operam lagos de pesca esportiva, vulgarmente conhecidos como "*pesque-pague*" e/ou "*pesqueiros*" ao noroeste do Estado de São Paulo, apresentam basicamente dois formatos. As propriedades notadamente rurais que disponibilizam a pesca esportiva como alternativa não substitutiva de renda, e os empreendimentos situados em chácaras de lazer, onde a pesca combinada com a oferta de serviços e facilidades rurais não agrícolas, representa o principal rendimento econômico.

Os imóveis onde se situam os "*pesque-pague*" analisados nesse estudo são de modo geral pequenos e médios, exceção feita a propriedade rural FSL. Alguns comentários podem ser tecidos como o de que apenas 1/3 dos "*pesque-pague*" (UIR, RDD e PRP) (Tabela 1) visitados serem operações combinadas de turismo e pesca, ou seja, apresentarem infraestrutura de lazer como bar e restaurante. Isto revela a ocupação de áreas anteriormente destinadas apenas para lazer, sendo importante enfatizar que estes três estabelecimentos situavam-se nas denominadas "*chácaras de lazer*". Entretanto, todos os demais estabelecimentos de pesca são combinados a unidades de produção agropecuária. Deste modo, na maioria das situações, os sistemas de pesca esportiva estão associados à agropecuária, e, secundariamente ao turismo ecorural e lazer. Estes dados podem mostrar, como sustentam Cichra & Carpenter (1989), uma alternativa ao negócio de pequenas e médias propriedades rurais e ainda, como sugere Chopak (1992), uma maior integralização dos empreendimentos de pesca esportiva com o turismo em sua vertente ecorural. Estes resultados vêm também ao encontro do que observaram KITAMURA et al. (1999), ou seja, de que a associação dos "*pesque-pague*" com atividades agrícolas ou não-agrícolas faça parte de um processo de acomodação e de "*profissionalização*" desses empreendimentos: de buscar permanência no longo prazo a partir da diversificação e complementaridade de atividades e de renda.

Em três das operações de pesca (UIR, PRP e FSL) constatou-se a existência de apenas um lago de *pesque-pague*. Entretanto, em quatro dos empreendimentos (EPL, PEF, PPD e SBV) encontrou-se quatro lagos operando e, finalmente, em dois dos estabelecimentos (RDD e PIF) foram observados dois lagos em operação.

Quanto à condição fundiária das operações de pesca visitadas, sete "*pesque-pague*" localizavam-se em propriedades próprias, tendo o restante a condição de alugado, o que evidencia, de forma geral, o aproveitamento de áreas marginais inaproveitadas pela agricultura ou outra atividade.

No que tangencia a administração, os estabelecimentos são gerenciados pelos próprios proprietários ou donos. Um só lago de pesca esportiva, o PPD, explorado por uma prefeitura e era administrado por gerente contratado. Em seis dos lagos de pesca (RDD, EPL, PIF, PEF, FSL, SBV) amostrados constatou-se que os operadores residiam

no local. Esses resultados indicam uma opção pela gestão direta do negócio, tipicamente familiar. Os dados levantados ao noroeste do Estado de São Paulo ratificam Kitamura et al. (1999) que observaram a mesma situação de gestão familiar para os lagos de "pesque-pague" localizados na bacia do rio Piracicaba. É importante frisar que entre os pescadores familiares, a divisão do trabalho não é bem definida, podendo todos os membros da família serem requisitados onde houver demanda, inclusive para serviços de cozinha e restaurante.

Podemos destacar como significativa a informação de que sete dos operadores (EPL, PIF, PEF, FSL, PPD e SBV) não possuíam experiência anterior com as atividades de piscicultura e de turismo e lazer. Embora, em cinco das propriedades (UIR, EPL, PEF, PPD e SBV) visitadas se produzia peixe para abastecer o próprio sistema de "pesque-pague", sendo essa uma estratégia iniciada simultaneamente à da pesca esportiva e com pouca ou nenhuma assistência técnica. Os operadores dos estabelecimentos restantes declararam possuir experiência anterior no ramo da recreação.

É interessante notar que mesmo entre a operação de "pesque-pague" (UIR) classificada como exclusiva para esta atividade se mantém um processo produtivo de criação de peixes. Isto se deve à tentativa, por parte do operador, de minorar os custos com a aquisição de peixes para reposição do estoque. É importante perceber que em termos de participação na renda bruta, em seis dos lagos de pesca (RDD, PRP, PIF, PEF, FSL e SBV) a renda se constitui em complementar, enquanto que para dois (UIR e EPL) é renda principal e um só empreendimento (PPD) declarou-se como valorização patrimonial.

**Tabela 1** - Sumário das características sócio-econômicas individuais referentes às áreas, em hectares, de propriedades visitadas e aos operadores dos empreendimentos de "pesque-pague" (lagos de pesca) estudados.

	Caracterização produtiva da operação	condição fundiária	área total do imóvel	área inundada	área do lago de pesca	nível de escolaridade do operador	experiência anterior com atividade afim	participação na renda do operador	presença no local
UIR	Exclusivamente lago de pesca	alugado	2,4	1,60	0,10	2º grau completo	lazer e turismo	renda principal	alguns dias
RDD	exclusivamente lago de pesca	alugado	0,5	0,04	0,02	superior incompleto	não teve	renda complementar	residente
PRP	exclusivamente lago de pesca	próprio	3,0	0,60	0,60	superior completo	lazer e turismo	renda complementar	vai diariamente
EPL	unidade agropecuária c/ lago de pesca	próprio	18,0	2,40	0,30	superior completo	não teve	renda principal	residente
PIF	unidade agropecuária c/	próprio	12,1	0,05	0,02	1º grau completo	não teve	renda complementar	residente

	lago de pesca								
PEF	unidade agropecuária c/ lago de pesca	próprio	20,4	8,5	0,30	2 <sup>o</sup> grau completo	não teve	renda principal	residente
FSL	unidade agropecuária c/ lago de pesca	próprio	861,0	0,60	0,60	não declarou	não teve	renda complementar	residente
PPD	unidade agropecuária c/ lago de pesca	próprio	2,4	0,50	0,50	1 <sup>o</sup> grau incompleto	não teve	valorização patrimonial	vai diariamente
SBV	unidade agropecuária c/ lago de pesca	próprio	12,0	0,25	0,05	1 <sup>o</sup> grau incompleto	não teve	renda complementar	residente

Fonte: Dados de campo

Na totalidade dos empreendimentos amostrados o sistema de cobrança é por quilo de peixe capturado, com um valor médio de venda por espécie de R\$ 3,48, com amplitude de R\$ 3,00 a R\$ 4,00 (Tabela 2) A opção de cobrança por quilo de peixe capturado pode revelar insucessos anteriores na implementação dos sistemas de cobrança única, conhecida como "*pague-pesque*".

As bacias hidrográficas onde encontram-se os empreendimentos visitados apresentam um IQA (Índice de Qualidade de Água) considerado bom, de acordo com CETESB (1998), o que atrai naturalmente o pescador para as águas abertas e públicas além sedimentar firmemente nas populações locais o hábito da pescaria.

Wattendorf (1996) cita que os lagos de "*pesque-pague*" desempenham, além do papel recreativo e de lazer de baixo impacto, uma relevante contribuição à biodiversidade local. Entretanto, apenas quatro dos operadores de lagos de pesca (PRP, EPL, PEF e PPD) entrevistados se mostraram preocupados e sensíveis às questões ambientais, sem contudo perceber como desenhar ações ambientais (qualidade de água do lago e à sua jusante, restauração da zona ripária no entorno, entre outras) associadas aos serviços oferecidos. Em três dos "*pesque-pague*" (UIR, RDD e PIF) declarou-se a importância da qualidade do meio ambiente como elemento atrator de público, não o sendo percebido, entretanto, como agente agregador de valor. Já para dois dos operadores (FSL e SBV), não havia nenhuma relação de seus empreendimentos com a qualidade ambiental. Entretanto, não observou-se nas operações de pesca visitadas áreas de reflorestamento ciliar e práticas de conservação do solo, presença de coletores de lixo e nenhuma restrição quanto a limpeza e evisceração de peixes realizada na área do lago, muito menos ao descarte da *limpeza* dos peixes. É interessante destacar que em países onde a pesca esportiva praticada em lagos particulares está mais firmemente sedimentada, essa prática possui estreito entrelaçamento com a preservação e a educação ambiental.

Os resultados acima mostram ainda uma reduzida interface dessa atividade



	público	origem	sexo	freqüência		(kg) <sup>1</sup>	espécie (kg)	ambiental
UIR	placas na estrada	do município	homens	constantes	taxa por quilo de pescado	2,50	3,90	por atrair público
RDD	diário	do município	ambos os sexos	constantes	taxa por quilo de pescado	2,00	3,50	por atrair público
PRP	diário	raio de 20 km	ambos os sexos	constantes	taxa por quilo de pescado	2,70	4,00	um dos principais objetivos do empreendimento
EPL	comunicação interpessoal	raio de 20 km	ambos os sexos	constantes	taxa por quilo de pescado	3,00	3,50	um dos principais objetivos do empreendimento
PIF	comunicação interpessoal	raio de 20 km	ambos os sexos	constantes	taxa por quilo de pescado	2,20	3,00	por atrair público
PEF	comunicação interpessoal	do município	ambos os sexos	constantes	taxa por quilo de pescado	3,44	5,00	um dos principais objetivos do empreendimento
FSL	comunicação interpessoal	do município	homens	constantes	taxa por quilo de pescado	0,09 <sup>2</sup>	3,00	sem relação direta com o empreendimento
PPD	rádio	do município	homens	esporádicos	taxa por quilo de pescado	0,09	2,50	principal objetivo do empreendimento
SBV	comunicação interpessoal	do município	homens	constantes	taxa por quilo de pescado	0,09	3,00	sem relação direta com o empreendimento

Fonte: Dados de campo

<sup>1</sup>Valor pago pelo quilo de peixe comercial.

<sup>2</sup>Valor de referência pago pela unidade de alevino de pacu e tambacu.

## CONCLUSÕES

A caracterização das propriedades que abrigam empreendimentos de pesca esportiva apresenta dois formatos básicos, aquelas que utilizam o "pesque-pague" como

alternativa de renda ao negócio agrícola e aquelas que se valem tão somente das operações de pesca esportiva como renda principal, o que configura a busca pela sustentabilidade a partir da complementaridade de atividades e de renda à pequena e média propriedade rural.

A condição fundiária das propriedades e dos lagos de pesca é composta em sua maior parte por imóveis próprios, e possuem uma administração tipicamente familiar.

De modo geral, a percepção às questões relativas ao meio ambiente no entorno do empreendimento ainda são pouco internalizadas pelos operadores de pesca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, H. Florida urban fisheries.  
[http://www.state.fl.us/gfc/fishing/fishing/update/urban.html# details.](http://www.state.fl.us/gfc/fishing/fishing/update/urban.html#details)
- Carvalho Filho, A. C. (1998) Situação atual e perspectivas da indústria da pesca esportiva no Brasil. In: *Simpósio sobre manejo e nutrição de peixes, 2., Piracicaba, 21-24 jul. 1998.* (ed. by Colégio Brasileiro de Nutrição Animal), pp. 35-52. Anais ... Campinas.
- CETESB - COMPANHIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE. Relatório de qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo 1997. São Paulo: CETESB, 1998. 288p. (Série relatórios)
- Cichra, C. E.; Carpenter, L. T. Fee fishing as an economic alternative for small farms. Florida: Cooperative State Research Service, 1989. 68p. (SRDC series, 116).
- Chopak, C. J. Promoting fee fishing operations as tourist attractions. Michigan: State University Extension, 1992. 7p. (Extension Fishery Wildlife Bulletin)
- DunhaN, R. A.; SMITHERMAN, R. O.; GOODMAN, R. K.; KEMP, P. Comparison of strains, crossbreeds and hybrids of channel catfish for vulnerability to angling. *Aquaculture*, v.57, n. 1-4, p. 193-201, 1986.
- Graziano da Silva, J. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, J.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, A. C. (Orgs.) *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade.* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997. p.75-100.
- GRAZIANO DA SILVA, J., VILARINHO, C., DALE, P. J. "Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil", In: ALMEIDA, J., FROEHLICH, J., RIEDL, M. Santa Maria (org), *Turismo rural e desenvolvimento sustentável.* pp. 11-48., 1999.

- Guilhermino, M. M.; Grossi, F. S. Técnicas de inquérito na produção animal. Boletim de Indústria Animal, v.53, p. 91-8, 1996.
- KITAMURA, P. C.; LOPES, R. B.; castro júnior, f.g.; QUEIROZ, J. F. Avaliação ambiental e econômica dos lagos de pesca esportiva na bacia do Rio Piracicaba. Boletim de Indústria Animal, v.56, n.1, p. 95-107, 1999.
- Kubitza, F. (1997) *Sistemas de pesca recreativa*. 74 p. (Coleção agroindústria, 9) SEBRAE, Cuiabá.
- PNDPA - Programa nacional de desenvolvimento da pesca amadora. Ministérios do Meio Ambiente e da Indústria. Projeto "pesca amadora": comércio e turismo. s.l.:s.n., 1998. 48 p.
- Scorvo Filho, J. D.; Martin, N. B.; Ayroza, L. M. S. Piscicultura em São Paulo: custos e retornos de diferentes sistemas de produção na safra 1996/97. Informações Econômicas, v.28, n.3, p. 42-60, 1998.
- Scorvo Filho, J. D.; Martin, N. B.; Ayrosa, L. M. S. Preços na piscicultura no Estado de São Paulo, 1995 e 1997. Informações Econômicas, v. 29, n.3, p. 15-24, 1999.
- Sigler, W. F.; Sigler, W. J. *Recreational fisheries: management, theory, and application*. Nevada: University of Nevada Press, 1990. 418p.
- TURNER. J. C.; DAVIES. W. P. Farm based tourism and recreation in the United Kingdom. *Agricultural Progress*, v. 70, p. 21-43, 1995.
- WATTENDORF, B. Freshwater urban pond projects. <http://www.state.fl.us/gfc/fishing/update/urban.html>. 1996. 2p.